

**IMAGENS QUE QUEIMAM: PAISAGENS DO CERRADO
TRANSFORMADAS PELA MONOCULTURA CANAVIEIRA**

***Burning images: landscapes of the Cerrado transformed by
sugarcane monoculture***

***Imágenes que arden: paisajes del Cerrado transformados
por la monocultura cañera***

Luis Carlos Dorneles Lima

Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, Goiás, Brasil
E-mail: luiscarlosdorneles@hotmail.com

Geórgia Cynara Coelho de Souza

Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, Goiás, Brasil
E-mail: georgia.cynara@ueg.br

Rafael de Almeida Tavares Borges

Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, Goiás, Brasil
E-mail: rafaeldealmeida.ueg@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa as profundas transformações das paisagens do Cerrado brasileiro provocadas pela expansão da monocultura canavieira no sudoeste goiano. Ao abordar a paisagem como construção sociocultural e ecológica, discute-se a substituição de práticas tradicionais por modelos agrícolas intensivos, que apagam saberes locais, alteram o imaginário visual e comprometem a biodiversidade. Através da articulação entre imagem, território e crítica ambiental, revela-se o impacto simbólico dessas mudanças, expressas na homogeneização da paisagem, nas queimadas recorrentes e na invisibilização de elementos naturais e culturais do Cerrado. O estudo propõe uma leitura crítica das imagens e dos discursos que sustentam o avanço do agronegócio, chamando atenção para as perdas ecológicas e identitárias em curso.

Palavras-chave: Cerrado. Monocultura Canavieira. Paisagem; Crítica Ambiental.

ABSTRACT

This article examines the deep transformations of the Brazilian Cerrado landscapes caused by the expansion of sugarcane monoculture in southwestern Goiás. Approaching the landscape as a sociocultural and ecological construct, it discusses the replacement of traditional practices by intensive agricultural models that erase local knowledge, alter visual imaginaries, and compromise biodiversity. Through the articulation of image, territory, and environmental criticism, it reveals the symbolic impact of these changes—expressed in landscape homogenization, recurrent burning, and the invisibilization of the Cerrado's natural and cultural elements. The study proposes a critical reading of the images and narratives that support agribusiness expansion, drawing attention to the ongoing ecological and identity losses.

Keywords: Cerrado. Sugarcane Monoculture. Landscape. Environmental Criticism.

RESUMEN

Este artículo analiza las profundas transformaciones de los paisajes del Cerrado brasileño provocadas por la expansión del monocultivo de caña de azúcar en el suroeste del estado de Goiás. Al abordar el paisaje como una construcción sociocultural y ecológica, se discute la sustitución de prácticas tradicionales por modelos agrícolas intensivos que eliminan saberes locales, transforman el imaginario visual y comprometen la biodiversidad. A partir de la articulación entre imagen, territorio y crítica ambiental, se evidencia el impacto simbólico de estos cambios, expresado en la homogeneización del paisaje, en las quemadas recurrentes y en la invisibilización de elementos naturales y culturales del Cerrado. El estudio propone una lectura crítica de las imágenes y de los discursos que sustentan el avance del agronegocio, llamando la atención sobre las pérdidas ecológicas e identitarias que se encuentran en curso.

Palabras clave: Cerrado. Monocultivo de Caña de Azúcar. Paisaje. Crítica Ambiental.

INTRODUÇÃO

O Cerrado brasileiro, segundo maior bioma da América do Sul, representa um território de excepcional riqueza ecológica e sociocultural, abrigando uma biodiversidade notável e uma variedade de modos de vida historicamente enraizados no uso tradicional da terra. Apesar de sua relevância, este bioma tem sido intensamente impactado pela expansão de atividades agroindustriais, sobretudo pela monocultura da cana-de-açúcar, cuja lógica produtiva impõe transformações radicais nas paisagens naturais e nas dinâmicas territoriais do sudoeste goiano (Klink & Machado, 2005).

As paisagens do Cerrado, longe de se limitarem a uma dimensão visual, devem ser compreendidas como construções simbólicas e sociais, resultado da interação entre natureza e cultura. Como afirma Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006), o território não é apenas espaço geográfico, mas uma síntese de relações de poder e de significados atribuídos pelos sujeitos que o habitam. Nesse sentido, a imposição de um modelo agrícola baseado na monocultura canavieira não transforma apenas o uso da terra, mas também as formas de perceber, representar e viver o Cerrado.

A substituição de práticas tradicionais como o agroextrativismo e a agricultura familiar por sistemas produtivos intensivos tem acarretado uma

série de impactos socioambientais. Queimadas recorrentes, homogeneização da cobertura vegetal, degradação de nascentes e desaparecimento de espécies nativas são apenas alguns dos efeitos visíveis dessa reconfiguração territorial (Silva et al., 2019). Paralelamente, observa-se o apagamento de elementos culturais e simbólicos do Cerrado, como as veredas, os buritis e os saberes populares que sustentam a identidade regional.

Diante desse cenário, este artigo propõe uma análise crítica das paisagens do Cerrado transformadas pela monocultura da cana, articulando os campos do audiovisual, da geografia e da crítica ambiental. A investigação se fundamenta na compreensão da paisagem como linguagem (Berque, 2004), capaz de expressar tanto as presenças quanto as ausências geradas pelas dinâmicas do capital sobre o território. A partir da observação das imagens – concretas e simbólicas – busca-se revelar os processos de invisibilização e silenciamento impostos pelo avanço do agronegócio, bem como suas implicações para o meio ambiente e para os modos de vida locais.

Ao refletir sobre essas questões, pretende-se contribuir para o debate sobre os efeitos do modelo agroexportador no Cerrado, ampliando a compreensão das paisagens como documentos vivos das disputas políticas, ecológicas e culturais que moldam os espaços brasileiros no século XXI.

A PAISAGEM DO CERRADO COMO PATRIMÔNIO SOCIOCULTURAL E ECOLÓGICO: ENTRE MEMÓRIAS, SABERES E RESISTÊNCIA TERRITORIAL

A paisagem é mais do que o cenário visível que se apresenta diante dos olhos. Ela é, conforme destaca Augustin Berque (2004), uma linguagem e uma mediação entre o ser humano e o mundo, expressando modos de vida, valores culturais, memórias coletivas e formas de apropriação do espaço. No caso do Cerrado brasileiro, essa noção se adensa ainda mais, uma vez que suas paisagens carregam sentidos ecológicos profundos e práticas socioculturais

construídas historicamente por povos e comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas e pequenos agricultores familiares.

O Cerrado é reconhecido como o segundo maior bioma do Brasil e da América do Sul, abrangendo cerca de 22% do território nacional. Caracterizado por uma vegetação diversa que inclui campos limpos, cerradões, matas de galeria e veredas, o bioma desempenha um papel fundamental na conservação da biodiversidade e na manutenção do equilíbrio hídrico do país. Como apontam Klink e Machado (2005), o Cerrado abriga mais de 12 mil espécies de plantas, sendo cerca de 35% endêmicas, além de ser berço de importantes bacias hidrográficas como as dos rios São Francisco, Tocantins-Araguaia e Paraná.

Contudo, a dimensão ecológica do Cerrado não pode ser dissociada de sua dimensão sociocultural. A paisagem, nesse contexto, é compreendida como um “texto” que comunica os modos de vida e as relações simbólicas estabelecidas com o território. De acordo com Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006), a paisagem é um elemento central na disputa territorial, pois nela se expressam os conflitos entre diferentes projetos de uso e controle da natureza. No Cerrado, essa disputa se torna evidente quando se observa o contraste entre a lógica do agronegócio e as práticas sustentáveis de uso da terra promovidas pelas comunidades tradicionais.

Os saberes e práticas que constituem a paisagem tradicional do Cerrado envolvem o manejo de espécies nativas, a coleta de frutos do cerrado (como o pequi, a mangaba e o baru), a criação extensiva de animais e o uso de veredas como fonte de água e proteção das nascentes. Tais práticas sustentam uma relação simbiótica entre sociedade e natureza, que vai além da produtividade imediata e revela formas de existência marcadas pela circularidade do tempo, pela oralidade e pelo pertencimento ao território (Couto & Almeida, 2020).

Nesse sentido, o Cerrado pode ser compreendido como um território de resistência, cujas paisagens guardam marcas de pertencimento, espiritualidade e ancestralidade. Como afirma Haesbaert (2007), o território não é apenas uma base física, mas um espaço vivido, carregado de significados e afetos.

Assim, ao se falar em paisagem do Cerrado, fala-se também de histórias de vida, de relações de cuidado com a terra e de uma cosmopercepção que integra natureza e cultura de forma indissociável.

O processo histórico de ocupação do Cerrado intensificou-se nas últimas décadas, especialmente a partir das políticas de modernização agrícola implementadas durante o regime militar e reforçadas no período pós-1990 com a consolidação do agronegócio. A conversão de áreas nativas em campos agrícolas e pastagens resultou na perda de cerca de 50% da vegetação original do bioma, segundo dados do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN, 2021). Essa transformação compromete não apenas a biodiversidade, mas também os modos de vida que dependem diretamente da paisagem tradicional do Cerrado.

A expansão da monocultura, sobretudo da soja e da cana-de-açúcar, tem alterado profundamente a configuração das paisagens cerratenses. A lógica da produtividade e da homogeneização territorial apaga a diversidade visual, simbólica e ecológica que caracterizava o bioma. Como aponta Larissa Bombardi (2017), a paisagem monocultora instaura uma estética funcional, marcada por extensos campos de uma só cultura, ausência de matas ciliares, uso intensivo de agrotóxicos e mecanismos de controle tecnológico que afastam o elemento humano da paisagem.

Nesse contexto, é preciso compreender que o desaparecimento de elementos da paisagem do Cerrado — como os buritis, as veredas, os animais silvestres, as cercas vivas e os quintais agroflorestais — representa também o desaparecimento de memórias, de práticas sociais e de significados que estruturam a identidade dos povos do Cerrado. A paisagem, portanto, não é neutra: ela é expressão das relações de poder que moldam o território, sendo, ao mesmo tempo, reflexo e instrumento de dominação ou resistência (Santos, 2006).

A valorização da paisagem do Cerrado como patrimônio ecológico e cultural implica reconhecer os sujeitos que historicamente a construíram. É necessário romper com a ideia de que o Cerrado é um “vazio demográfico” ou

uma “fronteira agrícola” à disposição do capital. Ao contrário, trata-se de um espaço cheio de vida, de sentidos e de saberes que precisam ser respeitados e protegidos. O reconhecimento da paisagem como patrimônio imaterial, conforme previsto na Convenção da UNESCO (2003), é um caminho possível para garantir a salvaguarda desses modos de vida ameaçados.

Em síntese, a paisagem do Cerrado deve ser pensada como um campo de significados, onde se entrelaçam ecologia, cultura, memória e resistência. A sua preservação não se limita à proteção da vegetação nativa, mas exige o fortalecimento das comunidades locais e o reconhecimento de suas práticas como legítimas formas de conhecimento e gestão territorial. Como lembra Bertha Becker (2013), pensar o território brasileiro é pensar em múltiplas territorialidades, e só com justiça ambiental e respeito à diversidade será possível construir um futuro sustentável para o Cerrado.

MONOCULTURA CANAVIEIRA E RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL NO SUDOESTE GOIANO: EXPANSÃO ECONÔMICA, DESPOSSessão E COLAPSO SOCIOAMBIENTAL NO CERRADO

Desde o início do século XXI, o sudoeste do estado de Goiás passou a ocupar uma posição estratégica no mapa da produção agroenergética nacional. Impulsionada por incentivos governamentais, avanços tecnológicos e o crescimento da demanda por etanol, a monocultura canavieira expandiu-se rapidamente pela região, provocando uma reconfiguração profunda nos usos e sentidos do território. Essa expansão não é apenas agrícola; ela é política, simbólica e estrutural, afetando a organização do espaço, os modos de vida locais e os sistemas ecológicos nativos do Cerrado.

A monocultura da cana-de-açúcar, historicamente associada às zonas da mata e ao ciclo colonial do açúcar, encontrou no Cerrado goiano um novo “frontier agrícola”, fomentado pelas políticas de modernização agrícola, principalmente as iniciadas com o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) nos

anos 1970 e reestruturadas nos anos 2000 com o Programa de Incentivo à Produção de Biodiesel (PNPB). Segundo Leite, Miranda e Assunção (2011), a política energética brasileira, ao articular segurança energética e desenvolvimento econômico, impulsionou o avanço da cana como uma solução tecnocrática para os problemas nacionais, sem considerar os custos sociais e ambientais que a acompanham.

O modelo de monocultura, por definição, baseia-se na homogeneização de grandes extensões de terra para o cultivo de uma única espécie vegetal, com alto grau de mecanização, uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos, e práticas como a queima controlada da palha da cana para facilitar a colheita. No Cerrado, esse modelo entra em contradição com a lógica da diversidade socioecológica que caracteriza o bioma. Como alerta Altieri (2012), os sistemas agroindustriais baseados em monoculturas são estruturalmente insustentáveis, pois enfraquecem a resiliência ecológica, eliminam espécies nativas e desestruturam os fluxos naturais de energia e nutrientes do solo.

A substituição de atividades tradicionais — como o agroextrativismo, a pecuária extensiva e a agricultura familiar de base ecológica — por extensos canaviais provocou uma série de impactos territoriais. Entre os efeitos visíveis, destaca-se a degradação de nascentes e corpos hídricos, devido à compactação do solo e ao uso excessivo de químicos agrícolas. A redução da biodiversidade é também alarmante: estudos realizados por Silva e Lima (2019) indicam que regiões dominadas pela cana possuem até 70% menos diversidade de espécies vegetais e animais do que áreas de Cerrado nativo.

Além dos impactos ambientais, os efeitos sociais da expansão canavieira merecem destaque. A chegada de grandes usinas de processamento de cana alterou o mercado fundiário regional, elevando o preço da terra e promovendo a concentração fundiária. Pequenos produtores e comunidades tradicionais, diante da pressão do capital agrícola, foram despossuídos de suas terras, muitas vezes sem a devida reparação ou consulta prévia, contrariando os princípios estabelecidos na Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário. Como denuncia Delgado (2012), esse processo é marcado pela

financeirização do território, onde a terra passa a ser tratada como ativo especulativo, e não como base de vida e cultura.

A estrutura fundiária e o modelo de produção impostos pelas usinas também introduzem novas relações de trabalho, muitas vezes precarizadas. Apesar da mecanização crescente, muitos postos de trabalho nos canaviais ainda são caracterizados por jornadas exaustivas, baixa remuneração e riscos à saúde, sobretudo devido ao uso de queimadas e ao manuseio de substâncias químicas. Oliveira e Wanderley (2021) argumentam que esse modelo de trabalho reforça a marginalização de populações locais, que são absorvidas de forma subalterna na cadeia produtiva ou obrigadas a migrar em busca de novas formas de sustento.

Do ponto de vista simbólico, a paisagem canavieira impõe uma estética de repetição e silêncio: os campos homogêneos de cana substituem os elementos característicos do Cerrado — como os buritis, as veredas, os ipês e os animais silvestres — por uma monocromia visual que encobre a riqueza ecológica anterior. Conforme observa Besse (2006), a paisagem é também um discurso, e a sua padronização revela a tentativa de invisibilizar os conflitos e resistências locais em nome da eficiência produtiva e da “modernização”.

Essa reconfiguração não se dá sem resistência. Movimentos sociais, organizações ambientais e grupos acadêmicos têm denunciado os efeitos da expansão da monocultura no Cerrado, propondo alternativas de desenvolvimento mais sustentáveis e justas. Iniciativas como os territórios de uso coletivo, os sistemas agroflorestais e a valorização do extrativismo sustentável revelam que outras formas de ocupação do espaço são possíveis, respeitando tanto o ambiente quanto os modos de vida tradicionais (Almeida, 2020).

No caso específico do sudoeste goiano, municípios como Rio Verde, Santa Helena, Quirinópolis e Jataí tornaram-se epicentros dessa expansão canavieira. A concentração de usinas, incentivada por isenções fiscais e políticas de crédito agrícola, converteu vastas áreas de Cerrado em zonas de produção intensiva. De acordo com dados do IBGE (2023), a região concentra

mais de 15% da produção de cana-de-açúcar do Centro-Oeste, com milhares de hectares ocupados exclusivamente por essa cultura. A consequência é a crescente perda de identidade territorial, pois as referências culturais, geográficas e ambientais locais vão sendo substituídas por uma lógica produtiva globalizada, voltada à exportação e ao lucro.

Assim, a monocultura canavieira configura-se como um agente de transformação profunda do território do Cerrado, promovendo alterações que vão muito além do solo cultivado. Trata-se de um processo de reestruturação espacial, econômica e simbólica que impõe novos modos de ver, viver e representar o bioma. A paisagem que emerge dessa reconfiguração não é neutra: ela expressa a dominação de um modelo de desenvolvimento que ignora os limites ecológicos e silencia os sujeitos históricos que construíram o Cerrado como território de diversidade.

PAISAGENS SILENCIADAS: IMPACTOS VISUAIS E SIMBÓLICOS DA MONOCULTURA CANAVIEIRA SOBRE O CERRADO GOIANO

As transformações provocadas pela monocultura da cana-de-açúcar no Cerrado ultrapassam os limites físicos do território e se projetam sobre o campo do sensível, afetando profundamente a estética e a simbologia da paisagem. O que antes se apresentava como um mosaico dinâmico de formas, cores, sons e presenças naturais — típico do Cerrado nativo — é hoje substituído por imagens repetitivas e homogêneas de vastos canaviais, máquinas pesadas e fumaça. Essa mudança impacta não apenas o olhar, mas também a memória coletiva, os imaginários locais e os vínculos afetivos com o ambiente. Como adverte Berque (2004), a paisagem é sempre uma mediação cultural, carregada de significados, e sua destruição ou apagamento corresponde também à erosão de identidades.

No contexto da expansão agroindustrial no sudoeste goiano, a paisagem do Cerrado foi sendo gradativamente convertida em uma vitrine da produtividade agrícola. A nova paisagem, funcional e racionalizada, serve aos

interesses de uma economia voltada à exportação, ao mesmo tempo em que encobre os vestígios de uma natureza outrora diversa e de culturas profundamente ligadas ao bioma. Para Besse (2006), paisagens não são apenas formas físicas, mas estruturas simbólicas que revelam ou ocultam determinados modos de ver o mundo. Assim, a paisagem do canavial — dominada por linhas retas, ausência de sombras, paletas monocromáticas e ausência de vida aparente — comunica um projeto de desenvolvimento que marginaliza a diversidade e o pluralismo territorial.

A repetição visual do canavial, com seus campos extensos e ininterruptos, rompe com a complexidade estética e ecológica do Cerrado, cuja composição nativa envolve vegetações variadas, cursos d'água, cerradões, buritis e fauna diversificada. O que se vê, hoje, são imagens empobrecidas e padronizadas que se impõem sobre o sensível coletivo. Essa transformação tem implicações não apenas ambientais, mas também subjetivas, pois, a destruição do repertório visual que antes compunha a vida cotidiana nas comunidades rurais e tradicionais interfere diretamente na construção de identidades territoriais (Haesbaert, 2007).

O processo de invisibilização de elementos do Cerrado — como os ipês, as veredas, os animais silvestres, os quintais produtivos e os modos de uso da terra baseados na convivência com o bioma — contribui para o que Milton Santos (2006) chamou de “banalização do espaço”. Segundo ele, a uniformização espacial promovida pelo capital transforma a paisagem em mercadoria, anulando sua diversidade e esvaziando-a de sentido. Nesse processo, a paisagem deixa de ser expressão de uma cultura territorial e passa a ser um produto visual que atende à lógica da produtividade.

Outro aspecto relevante é o papel das imagens na legitimação do modelo agroindustrial. A publicidade do agronegócio, por exemplo, costuma apresentar o canavial como símbolo de modernidade, progresso e eficiência, ocultando os impactos ambientais e sociais associados à monocultura. Um bom exemplo disso são os comerciais televisivos e campanhas institucionais veiculadas por

grandes usinas sucroalcooleiras, que frequentemente destacam imagens de campos verdes perfeitamente alinhados, colheitadeiras modernas em funcionamento e trabalhadores utilizando equipamentos tecnológicos. Esse tipo de campanha reforça uma ideia de desenvolvimento e prosperidade no campo, como se a produção da cana-de-açúcar representasse um avanço inevitável para a região. No entanto, geralmente não são mencionados os efeitos negativos desse modelo produtivo, como as queimadas provocadas para facilitar a colheita, a contaminação do solo por defensivos agrícolas ou a substituição de áreas naturais do Cerrado por extensos monocultivos.

Como analisa Larissa Bombardi (2017), as imagens veiculadas por empresas e agentes do setor promovem uma estetização da produção agrícola, mascarando a violência ecológica e simbólica imposta aos territórios. Essa estetização promove uma ruptura entre o real e o representado, dificultando uma percepção crítica por parte da sociedade.

No caso do Cerrado, a paisagem transformada pela cana opera como um dispositivo de silenciamento: ela apaga sinais da biodiversidade, esconde a história de luta por território e apaga a presença de povos e comunidades. Essa operação simbólica é potente, pois molda não apenas o que se vê, mas também o que se pensa sobre o bioma. A ausência de elementos naturais e culturais na nova paisagem contribui para a difusão de uma ideia de que o Cerrado seria um "não lugar", vazio, disponível para exploração, como reforça a crítica de Porto-Gonçalves (2006) à construção colonial do território brasileiro.

A fumaça provocada pelas queimadas, ainda hoje empregadas em muitos processos de colheita da cana, é um dos elementos visuais mais marcantes dessa nova paisagem. Além dos efeitos danosos à saúde humana e ao equilíbrio atmosférico, a fumaça encobre o horizonte, embaça o olhar e simboliza a destruição do que havia antes. Para Couto e Almeida (2020), o fogo no Cerrado carrega múltiplos sentidos: enquanto nas práticas tradicionais ele é controlado e ritualizado, no contexto da monocultura ele representa a aniquilação do ecossistema e das formas de vida locais.

A perda simbólica é, portanto, tão grave quanto a perda material. À medida que o Cerrado é transformado em campo produtivo, o imaginário social também se modifica. Jovens nascidos em áreas dominadas pelo agronegócio, por exemplo, crescem sem contato direto com a biodiversidade do bioma, com seus frutos nativos, trilhas naturais e referências visuais tradicionais. Essa lacuna na vivência territorial gera um afastamento identitário e dificulta a valorização do Cerrado como espaço de memória, cultura e natureza.

Contudo, há resistências. Diversas iniciativas têm buscado resgatar os sentidos da paisagem original do Cerrado por meio de práticas agroecológicas, turismo de base comunitária, registro fotográfico e produção audiovisual. A imagem, que também pode ser instrumento de dominação, é transformada em ferramenta de denúncia e ressignificação. Filmes, exposições e ensaios fotográficos produzidos por coletivos locais têm retratado não apenas a destruição, mas também a beleza, a força e a dignidade das paisagens tradicionais do Cerrado.

Nessa perspectiva, a imagem se converte em linguagem política, capaz de expressar o que a monocultura tenta apagar. Um bom exemplo disso que contextualiza melhor esse raciocínio são os trabalhos desenvolvidos pelo coletivo “Nós do Cerrado”, que realiza exposições fotográficas itinerantes em escolas e centros culturais da região. Nessas exposições, as imagens não mostram apenas áreas devastadas pelo avanço da cana, mas retratam também veredas, buritis, rios cristalinos e comunidades tradicionais realizando práticas como o extrativismo do pequi ou o manejo do fogo de forma controlada. Ao destacar essas cenas de resistência e pertencimento, a fotografia ultrapassa o mero registro e se torna um ato de denúncia e valorização cultural — ou seja, uma linguagem política que confronta a narrativa hegemônica do agronegócio e reafirma a relevância das paisagens originais do Cerrado.

A paisagem do Cerrado, portanto, não é apenas um reflexo das dinâmicas ecológicas em curso, mas também um campo de disputa simbólica. O que se vê — e o que não se vê — é resultado de decisões políticas,

interesses econômicos e relações de poder. Proteger o Cerrado envolve também restaurar seus significados, suas narrativas visuais, seus símbolos identitários. Como propõe Becker (2013), pensar o espaço brasileiro exige uma visão plural, sensível às múltiplas territorialidades que se expressam nas paisagens e nos modos de vida ameaçados pela homogeneização agroindustrial.

IMAGENS QUE QUEIMAM: A ESTÉTICA DA DESTRUÇÃO E O PODER DO AUDIOVISUAL NO CERRADO CANAVIEIRO

O Cerrado, historicamente invisibilizado nos discursos nacionais sobre patrimônio natural e cultural, ganha novas camadas de silenciamento à medida que suas paisagens são reconfiguradas pela monocultura canavieira. O presente tópico propõe uma reflexão crítica sobre o papel das imagens — tanto aquelas captadas quanto as que são apagadas — no contexto dessas transformações territoriais, sociais e simbólicas. Diante da devastação provocada pela lógica agroindustrial, as imagens tornam-se não apenas documentos, mas também agentes políticos e estéticos da denúncia, da memória e da resistência.

As imagens captadas em campo, seja por meio de satélites, drones ou câmeras fotográficas, revelam a extensão da monocultura e a violência visual imposta à paisagem. Os registros obtidos junto à usina estudada e ao seu entorno, por exemplo, demonstram com nitidez os traços da homogeneização territorial, a presença intensa de queimadas e a total ausência de vegetação nativa em diversos trechos. Tais elementos, visualmente organizados e repetidos, compõem aquilo que Debord (1997) chamou de *espetáculo da mercadoria*: uma paisagem fabricada que simula ordem e progresso, mas encobre conflitos e destruições.



Figura 1e 2 – Vista aérea da plantação de cana-de-açúcar na região de estudo. Foto: Acervo pessoal do autor (2025).

As imagens de satélite capturam ainda mais profundamente o contraste entre o Cerrado remanescente e os campos de cultivo, marcando a supressão de matas ciliares, a canalização de cursos d'água e a substituição das cores e formas naturais por geometrias agrícolas. Como afirmam Tavares e Viana (2021), as imagens de satélite se tornam testemunhas da destruição, permitindo ver o que a narrativa oficial tenta omitir.



Figura 3 e 4 – As imagens evidenciam o desaparecimento de veredas e a atividade a todo vapor da indústria sucroalcooleira. Foto: Acervo pessoal do autor (2025).

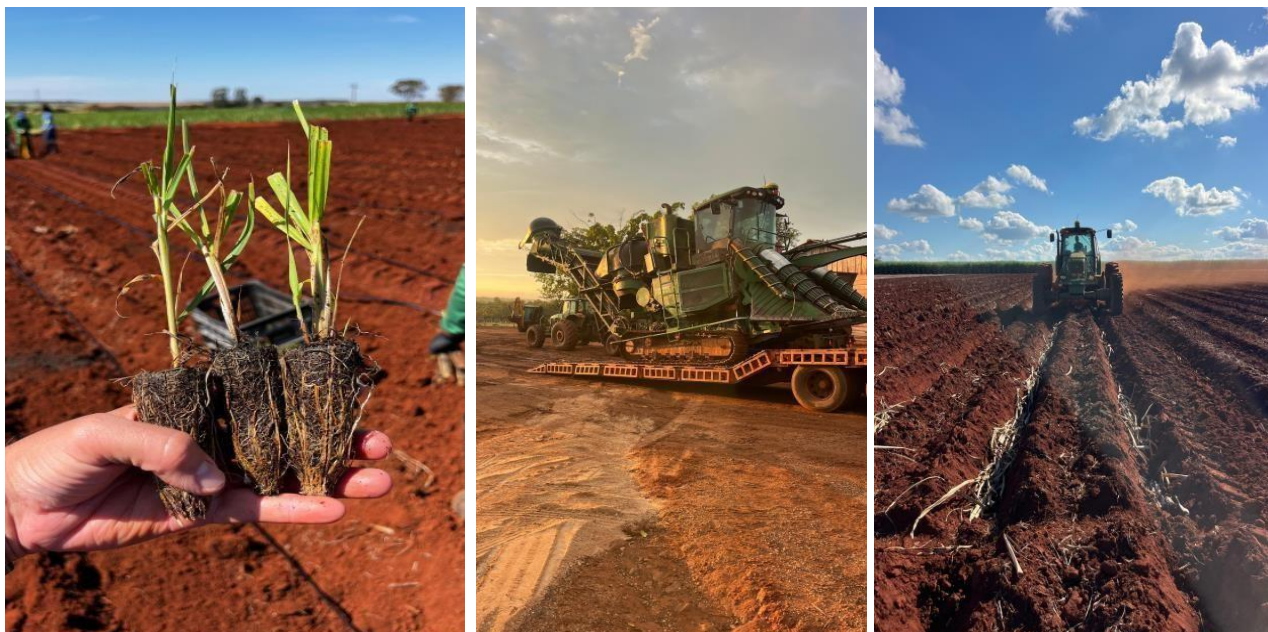


Figura 5,6 e 7 – Atividades em área de colheita da cana. Foto: Acervo pessoal do autor (2025).

A construção dessas imagens, no entanto, não é neutra. Cada ângulo, cada enquadramento e cada ausência revelam a intencionalidade da narrativa. As imagens produzidas pelas empresas do setor frequentemente operam no sentido oposto: exaltam o verde da plantação, escondem os incêndios, mostram máquinas modernas em pleno funcionamento e trabalhadores sorridentes. É a face “limpa” do agronegócio — uma estética cuidadosamente construída para legitimar o modelo. Diante disso, a produção audiovisual crítica torna-se essencial para desconstruir essa lógica e revelar os impactos que permanecem ocultos.



Figuras 8 e 9 – Fragmentos de Cerrado preservado ao lado de campo de cana. Contraste entre biodiversidade e monocultura. Foto: Acervo pessoal do autor (2025).

O papel do pesquisador, nesse contexto, se amplia: não se trata apenas de registrar imagens, mas de saber ler e narrar por meio delas. Como sugere Rancière (2005), o poder político da imagem reside na sua capacidade de redistribuir a sensível — ou seja, de tornar visível o que antes era ignorado ou invisibilizado. As imagens do Cerrado em chamas, da terra nua, da monocultura estendida até o horizonte não são apenas registros, mas também convites à reflexão e à ação.

Por isso, este artigo propõe o uso da imagem como linguagem crítica, capaz de resistir ao apagamento e convocar à memória. As fotografias aqui apresentadas são também contra-imagens — imagens que queimam, não por destruir, mas por iluminar. Elas apontam para as feridas abertas no território, mas também para os caminhos de preservação e valorização do Cerrado como paisagem viva, simbólica e política.

A força do audiovisual reside na sua capacidade de conectar experiência sensorial e consciência política. Ao visualizar as formas de destruição, mas também os resquícios de beleza e resistência, o leitor é convidado a pensar com o olhar, a sentir com o território e a agir com consciência crítica. O Cerrado, nesse contexto, deixa de ser apenas objeto de estudo e se

Revista MIRANTE, Anápolis / GO, v. 19, n. 2, maio de 2026.

transforma em sujeito da narrativa — grita por meio das imagens que o capturam.

Por fim, ao incluir registros visuais autorais neste capítulo, pretende-se não apenas ilustrar o texto, mas reafirmar que ver também é um modo de saber. E que, diante do avanço da monocultura, é preciso reensinar os olhos a enxergar o que permanece, o que resiste e o que ainda pulsa sob a terra queimada.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão das transformações recentes do Cerrado exige uma abordagem teórica capaz de articular natureza, cultura e relações de poder que estruturam o território. Nesse sentido, o presente estudo apoia-se em três eixos conceituais principais: a noção de paisagem como construção sociocultural, a interpretação do território como espaço de disputa e a crítica ao modelo agroindustrial baseado na monocultura. Esses referenciais permitem compreender de que forma as mudanças provocadas pela expansão da cana-de-açúcar ultrapassam a dimensão produtiva, alcançando também os campos simbólico, cultural e ambiental.

A paisagem constitui uma categoria fundamental para a análise geográfica e cultural do espaço. Longe de representar apenas um cenário natural ou uma realidade puramente visual, a paisagem deve ser entendida como resultado das interações históricas entre sociedade e natureza. Nesse sentido, Berque (2004) afirma que a paisagem funciona como uma mediação entre o ser humano e o mundo, pois expressa valores, memórias coletivas e modos de habitar o território. Assim, cada paisagem carrega marcas das práticas sociais que a produziram, revelando tanto processos ecológicos quanto dimensões simbólicas e culturais.

No contexto do Cerrado brasileiro, essa perspectiva ganha relevância particular, pois as paisagens do bioma são resultado de longos processos de convivência entre populações humanas e o ambiente natural. Comunidades

tradicionais, pequenos agricultores e grupos extrativistas desenvolveram formas específicas de manejo da terra, baseadas no conhecimento local e no uso sustentável dos recursos naturais. Conforme destacam Couto e Almeida (2020), esses saberes tradicionais desempenham papel essencial na conservação do bioma, pois articulam práticas produtivas, valores culturais e estratégias de preservação ambiental.

A análise da paisagem, entretanto, não pode ser dissociada da compreensão do território como espaço de poder. Para Porto-Gonçalves (2006), o território é constituído por relações sociais, econômicas e políticas que definem quem controla, utiliza e representa determinado espaço. Nesse sentido, a disputa territorial envolve diferentes projetos de desenvolvimento, frequentemente marcados por conflitos entre interesses econômicos e formas tradicionais de uso da terra. No Cerrado, essa disputa torna-se evidente diante da expansão do agronegócio, que redefine as dinâmicas produtivas e impõe novas formas de organização do espaço.

A modernização agrícola ocorrida no Brasil a partir da segunda metade do século XX consolidou um modelo de produção voltado à exportação de commodities e fortemente baseado na monocultura. Segundo Delgado (2012), esse processo foi acompanhado pela financeirização da agricultura e pela crescente integração entre capital industrial, financeiro e fundiário. Como consequência, grandes extensões de terra passaram a ser destinadas à produção de culturas específicas, como soja, milho e cana-de-açúcar, intensificando a concentração fundiária e alterando profundamente as paisagens rurais.

A monocultura, do ponto de vista ecológico, representa um modelo produtivo que simplifica os sistemas naturais e reduz sua capacidade de regeneração. Altieri (2012) argumenta que os sistemas agrícolas baseados na diversidade de espécies tendem a apresentar maior estabilidade ecológica, enquanto as monoculturas dependem fortemente de insumos externos, como fertilizantes químicos e agrotóxicos. Essa dependência intensifica os impactos ambientais, incluindo degradação do solo, contaminação da água e perda de biodiversidade.

No Cerrado, esses efeitos tornam-se ainda mais preocupantes devido à importância ecológica do bioma. De acordo com Klink e Machado (2005), o Cerrado abriga uma das maiores biodiversidades do planeta e desempenha papel estratégico na manutenção de importantes bacias hidrográficas da América do Sul. Entretanto, a expansão da fronteira agrícola nas últimas décadas provocou a conversão de vastas áreas de vegetação nativa em campos de produção intensiva, comprometendo o equilíbrio ecológico da região.

Além das transformações ambientais, a expansão da monocultura também produz mudanças profundas no plano simbólico e cultural da paisagem. Besse (2006) observa que a paisagem funciona como uma forma de linguagem, por meio da qual os territórios comunicam valores, práticas sociais e formas de organização do espaço. Quando essa paisagem é substituída por extensos monocultivos, ocorre uma simplificação não apenas ecológica, mas também estética e cultural.

Essa simplificação pode ser compreendida à luz das reflexões de Milton Santos (2006), que analisa os efeitos da globalização sobre a organização do espaço geográfico. Para o autor, o avanço do capital tende a produzir uma homogeneização territorial, marcada pela padronização das paisagens e pela substituição de práticas locais por modelos produtivos globalizados. Nesse processo, espaços antes caracterizados por diversidade ambiental e cultural passam a ser reorganizados segundo a lógica da eficiência econômica.

A dimensão simbólica dessas transformações também pode ser analisada a partir da relação entre imagem e poder. Debord (1997) argumenta que a sociedade contemporânea é marcada pela centralidade das imagens, que frequentemente funcionam como instrumentos de legitimação de determinadas estruturas sociais e econômicas. No caso do agronegócio, as representações visuais associadas à modernização agrícola frequentemente ocultam os impactos socioambientais do modelo produtivo, reforçando narrativas de progresso e desenvolvimento.

Nesse contexto, o audiovisual e a produção de imagens críticas tornam-se ferramentas importantes para revelar os conflitos e contradições presentes

na transformação das paisagens. Conforme propõe Rancière (2005), as imagens possuem potencial político ao tornar visíveis realidades que muitas vezes permanecem ocultas nos discursos oficiais. Ao registrar e interpretar as mudanças nas paisagens do Cerrado, o audiovisual pode contribuir para ampliar a compreensão pública sobre os efeitos da monocultura e estimular reflexões sobre alternativas de desenvolvimento territorial.

Dessa forma, o referencial teórico adotado neste estudo permite compreender a paisagem do Cerrado não apenas como um espaço natural, mas como resultado de relações históricas, culturais e econômicas que moldam o território. A expansão da monocultura canavieira, ao transformar essas paisagens, revela um processo mais amplo de reorganização espacial, no qual interesses econômicos globais se sobrepõem às dinâmicas ecológicas e aos modos de vida locais. Analisar essas transformações, portanto, implica reconhecer a paisagem como campo de disputa, memória e resistência.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e interpretativa, voltado à análise das transformações territoriais e simbólicas das paisagens do Cerrado provocadas pela expansão da monocultura canavieira no sudoeste goiano. A escolha por uma abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender as dimensões socioculturais, ambientais e visuais associadas às mudanças na paisagem, permitindo interpretar os significados e impactos que ultrapassam os aspectos meramente quantitativos da produção agrícola.

Do ponto de vista metodológico, o estudo foi desenvolvido a partir da articulação entre pesquisa bibliográfica, análise documental e produção de registros visuais em campo. A pesquisa bibliográfica constituiu a base teórica da investigação, permitindo a construção do referencial conceitual sobre paisagem, território, monocultura e crítica ambiental. Para isso, foram consultadas obras e artigos científicos de autores que discutem as relações entre natureza,

sociedade e produção do espaço, com destaque para estudos relacionados ao Cerrado e às transformações territoriais provocadas pelo agronegócio.

A análise documental incluiu a consulta a dados institucionais e estatísticos referentes à produção agrícola na região Centro-Oeste, especialmente aqueles disponibilizados por órgãos oficiais de pesquisa e planejamento. Esses dados contribuíram para contextualizar o avanço da monocultura canavieira e compreender a dinâmica produtiva da região estudada, permitindo relacionar as transformações observadas no território com os processos econômicos mais amplos que estruturam o agronegócio brasileiro.

Paralelamente, foram realizados registros fotográficos e observações diretas em áreas de cultivo de cana-de-açúcar e em fragmentos remanescentes de Cerrado na região sudoeste do estado de Goiás. As imagens utilizadas no estudo foram produzidas pelo próprio autor durante atividades de campo realizadas no ano de 2025, em áreas próximas a municípios caracterizados pela forte presença da agroindústria sucroenergética. Os registros visuais incluíram fotografias aéreas e terrestres que evidenciam elementos como a homogeneização da paisagem, a presença de queimadas, a mecanização da colheita e o contraste entre áreas de monocultura e fragmentos de vegetação nativa.

As imagens obtidas foram analisadas como documentos visuais capazes de revelar aspectos da organização espacial e das transformações territoriais em curso. Nesse sentido, a fotografia foi utilizada não apenas como recurso ilustrativo, mas como instrumento de análise crítica da paisagem. A leitura dessas imagens buscou identificar padrões visuais relacionados à expansão da monocultura, tais como a padronização geométrica dos campos agrícolas, a ausência de diversidade vegetal e a presença de marcas associadas às atividades agroindustriais.

A interpretação das imagens foi realizada de forma articulada com os referenciais teóricos da geografia e da crítica ambiental, considerando a paisagem como expressão das relações entre sociedade, economia e natureza. Assim, os registros visuais foram analisados juntamente com as discussões teóricas sobre território, poder e produção do espaço, permitindo compreender co-

mo a expansão da monocultura canavieira redefine não apenas o uso da terra, mas também os significados culturais e simbólicos atribuídos ao Cerrado.

Por fim, a análise dos dados foi conduzida por meio de uma abordagem interpretativa, que buscou relacionar os elementos observados nas imagens e nos registros de campo com os processos históricos e econômicos responsáveis pela transformação das paisagens. Essa estratégia permitiu compreender a monocultura canavieira como um fenômeno que atua simultaneamente nos planos ambiental, territorial e simbólico, contribuindo para a reconfiguração das paisagens do Cerrado e para o surgimento de novas dinâmicas socioespaciais na região estudada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das paisagens do Cerrado no sudoeste goiano evidencia profundas transformações territoriais associadas à expansão da monocultura canavieira nas últimas décadas. Os registros visuais obtidos durante as atividades de campo revelam um processo crescente de homogeneização da paisagem, marcado pela substituição da vegetação nativa por extensas áreas de cultivo mecanizado de cana-de-açúcar. Esse processo não se restringe à dimensão produtiva da agricultura, mas se manifesta também na reorganização do espaço, na alteração dos referenciais visuais da paisagem e na redefinição das relações entre sociedade e natureza.

Historicamente, o Cerrado caracteriza-se por apresentar uma grande diversidade de formações vegetais e uma rica biodiversidade, constituindo um dos biomas mais importantes da América do Sul. No entanto, a intensificação da agricultura voltada para o agronegócio tem provocado alterações significativas na configuração territorial da região. A expansão da monocultura canavieira representa uma das expressões mais recentes desse processo, impulsionada por políticas energéticas, investimentos agroindustriais e pela crescente demanda por biocombustíveis no cenário nacional e internacional.

Os registros fotográficos analisados demonstram que a monocultura canavieira introduz uma nova lógica visual e espacial no território. As paisagens anteriormente caracterizadas por mosaicos de vegetação nativa, áreas de uso tradicional e pequenas propriedades passam a ser substituídas por extensas áreas contínuas de cultivo, organizadas em padrões geométricos regulares que refletem as exigências da mecanização agrícola. Essa reorganização espacial contribui para a padronização visual da paisagem e reduz significativamente a diversidade ecológica presente no território.

Além da homogeneização visual, outro elemento recorrente identificado nas imagens analisadas refere-se à presença de queimadas associadas ao manejo agrícola e à preparação do solo. As marcas deixadas pelo fogo na paisagem revelam não apenas práticas produtivas, mas também processos de degradação ambiental que impactam diretamente a fauna, a flora e os ciclos naturais do bioma. Nesse contexto, o fogo passa a atuar como um elemento simbólico das transformações territoriais, representando a ruptura entre a paisagem natural do Cerrado e o avanço de uma lógica produtiva baseada na intensificação do uso da terra.

Outro aspecto relevante observado durante a análise das imagens refere-se ao contraste visual entre os fragmentos remanescentes de vegetação nativa e as áreas dominadas pela monocultura. Esses fragmentos aparecem frequentemente isolados no interior de grandes áreas agrícolas, evidenciando processos de fragmentação ambiental que comprometem a conectividade ecológica do bioma. A presença desses remanescentes revela, ao mesmo tempo, a persistência de elementos da paisagem original e a pressão exercida pela expansão das atividades agroindustriais.

Do ponto de vista simbólico e cultural, as transformações observadas na paisagem também implicam mudanças na forma como o território é percebido e representado. A paisagem do Cerrado, tradicionalmente associada à diversidade ecológica, às práticas extrativistas e aos saberes locais, passa a ser reinterpretada a partir de uma lógica produtiva vinculada ao agronegócio. Nesse processo, elementos naturais e culturais do bioma tornam-se progressivamen-

te invisibilizados, enquanto a monocultura passa a ocupar o centro das representações visuais do território.

Essa transformação do imaginário paisagístico está diretamente relacionada às dinâmicas econômicas que estruturam o avanço do agronegócio no Brasil. A expansão da monocultura canavieira no sudoeste goiano integra um processo mais amplo de reorganização territorial, no qual grandes áreas do Cerrado são incorporadas às cadeias produtivas do setor sucroenergético. Esse processo redefine os usos da terra, modifica as relações de trabalho e altera profundamente a configuração espacial da região.

Nesse sentido, as imagens analisadas neste estudo funcionam como dispositivos de interpretação crítica da paisagem, permitindo visualizar processos que muitas vezes permanecem invisíveis nas análises estritamente estatísticas ou econômicas. Ao revelar as marcas deixadas pela expansão da monocultura no território, as imagens contribuem para compreender como as transformações ambientais também se expressam na dimensão estética e simbólica da paisagem.

Dessa forma, os resultados indicam que a expansão da monocultura canavieira no Cerrado não pode ser compreendida apenas como um fenômeno agrícola ou econômico, mas como um processo territorial complexo que envolve disputas por espaço, recursos naturais e formas de representação do território. As paisagens que emergem desse processo revelam tensões entre conservação ambiental, produção agrícola e identidade territorial, evidenciando os desafios associados à sustentabilidade e à preservação do bioma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou compreender as transformações territoriais, simbólicas e visuais provocadas pela expansão da monocultura canavieira sobre as paisagens do Cerrado, com ênfase na região sudoeste de Goiás. A partir da articulação entre território, paisagem e imagem, foi possível demonstrar que a monocultura não se limita a impactos ambientais objetivos,

mas também provoca uma reconfiguração estética e subjetiva dos espaços, apagando referências culturais, ecossistemas complexos e modos de vida historicamente enraizados no bioma.

A paisagem do Cerrado, entendida como expressão sociocultural e ecológica, revela-se como um campo de disputa. Ao ser submetida à lógica da produção intensiva, da racionalidade técnica e da homogeneização visual, perde sua diversidade, sua memória e sua simbologia. A monocultura da cana-de-açúcar, ao transformar o território em campo produtivo, impõe uma nova ordem visual e simbólica — marcada por repetições, fumaça, queimadas e silêncios. A riqueza dos saberes tradicionais, o uso sustentável da terra e os vínculos afetivos com o ambiente vão sendo substituídos por geometrias agrícolas e narrativas empresariais que ocultam os danos socioambientais.

As imagens analisadas — captadas funcionaram, neste estudo, como dispositivos de leitura crítica do espaço. Elas não apenas ilustraram os efeitos da monocultura sobre o Cerrado, mas também revelaram a potência do audiovisual como linguagem de denúncia e memória. As “imagens que queimam”, ao contrário do apagamento promovido pela paisagem canavieira, iluminam os conflitos, as ausências e os elementos que resistem. Assim, o uso autoral e crítico das imagens permitiu tensionar os discursos dominantes, oferecendo novas formas de ver e compreender o território.

As análises demonstraram que o processo de monocultivação provoca impactos que extrapolam os limites da degradação ambiental. Trata-se de uma forma de violência estrutural que compromete os modos de existir, de produzir e de imaginar o Cerrado. A invisibilização de elementos culturais, como as veredas, os buritis, os quintais agroflorestais e os pequenos territórios de resistência, compõe um projeto de negação da pluralidade do bioma em nome da eficiência econômica. Este modelo, apesar de sustentado por narrativas de progresso e sustentabilidade, representa, em sua essência, uma ameaça ao equilíbrio ecológico, à justiça social e à soberania territorial.

Contudo, é importante destacar que o Cerrado continua a resistir, não apenas em fragmentos de vegetação nativa, mas também nos corpos, memórias e práticas dos povos que o habitam. Os saberes tradicionais, os movimentos agroecológicos e as práticas culturais que valorizam o bioma precisam ser reconhecidos como patrimônios vivos e como alternativas possíveis a um modelo que se mostra insustentável a longo prazo. O reconhecimento da paisagem como linguagem, e da imagem como ferramenta de crítica e mobilização, aponta caminhos para a construção de uma nova relação entre sociedade, natureza e território.

Diante do exposto, reforça-se a urgência de políticas públicas que respeitem os princípios da justiça ambiental e da participação social, e que valorizem a pluralidade de saberes sobre o Cerrado. Além disso, faz-se necessário ampliar o uso do audiovisual no campo da pesquisa e da educação, não apenas como recurso ilustrativo, mas como método de escuta, visibilização e transformação.

Queimar, neste contexto, é mais do que devastar: é esconder. E contra esse apagamento, o saber audiovisual surge como antídoto, como memória, como denúncia e como esperança. Ver o Cerrado, ouvi-lo e narrá-lo em sua complexidade é um gesto de resistência. E este trabalho se propôs, ainda que de forma parcial, a participar desse movimento.

Na região de Indiará, Jandaia e Acreúna, a publicidade do agronegócio tem utilizado feiras, folders institucionais e campanhas com slogans como “conectando o Cerrado ao futuro” ou “sustentabilidade e inovação no campo” para associar a monocultura da cana e da soja ao progresso e à modernidade. Nessas peças promocionais, predominam imagens de máquinas modernas, campos uniformes e trabalhadores satisfeitos, reforçando uma narrativa positiva que esconde os impactos sobre o bioma. A conversão de áreas naturais do Cerrado, o uso intensivo de agrotóxicos e as queimadas para facilitar a colheita raramente são mencionados. Assim, a publicidade reforça uma visão triunfal do agronegócio, ao mesmo tempo em que silencia as vozes dos territórios e dos modos de vida que estão sendo apagados.

AGRADECIMENTOS

O autor expressa sua sincera gratidão aos professores Georgia Cynara Coelho de Souza e Rafael de Almeida Tavares Borges, pelas contribuições acadêmicas, pelo diálogo intelectual e pelas reflexões críticas que colaboraram significativamente para o desenvolvimento e o aprimoramento deste trabalho.

Agradece, de maneira especial, à professora Divina Nunes Aparecida Leonel Lunas Lima, coordenadora e orientadora no mestrado, pelo acompanhamento atento ao longo da pesquisa, pelas orientações fundamentais e pelo constante incentivo à produção científica.

Registra-se também o agradecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás, pelo apoio e incentivo à pesquisa científica no estado de Goiás.

Por fim, o autor agradece à Universidade Estadual de Goiás, em especial à Unidade Universitária de Anápolis – Ciências Socioeconômicas e Humanas Nelson de Abreu Júnior, e ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado, pelo ambiente acadêmico e pelas condições institucionais que possibilitaram a realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Territórios do extrativismo: saberes tradicionais e biodiversidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2020.

ALTIERI, Miguel A. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BECKER, Bertha K. *Território e meio ambiente: um debate geográfico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

BERQUE, Augustin. *Paisagem e história*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BESSE, Jean-Marc. *Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*. Salvador: EDUFBA, 2006.

BOMBARDI, Larissa Mies. *Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia*. São Paulo: USP, 2017. Disponível em: <https://www.larissabombardi.com.br/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

COUTO, Lucas Alves do; ALMEIDA, Gildete Silva. Saberes tradicionais e conservação no Cerrado. *Revista Cerrados*, v. 18, n. 1, p. 85-104, 2020.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELGADO, Guilherme Costa. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças recentes na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

HAESBAERT, Rogério. *Território e multiterritorialidade: identidade, poder e globalização*. Rio de Janeiro: Arquipélago, 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Produção Agrícola Municipal 2023*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

KLINK, Carlos A.; MACHADO, Ricardo B. Conservation of the Brazilian Cerrado. *Conservation Biology*, v. 19, n. 3, p. 707-713, 2005.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.

LEITE, Sergio Pereira; MIRANDA, Carlos Sergio; ASSUNÇÃO, Maria Tereza. A nova geografia do etanol no Brasil: uma análise da expansão da cana-de-açúcar e seus impactos. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 49, n. 3, p. 635-661, jul./set. 2011.

OLIVEIRA, Letícia Lima de; WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Trabalho, território e agroenergia: desafios para os trabalhadores do etanol no Cerrado. *Revista NERA*, Presidente Prudente, v. 24, n. 53, p. 1-26, 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RANCIÈRE, Jacques. *O espectador emancipado*. São Paulo: Boitempo, 2005.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2006.

SILVA, Luciana Medeiros da; LIMA, Diego Coutinho. Biodiversidade e monocultura no Cerrado: uma análise crítica dos impactos ambientais. *Revista Cerrados*, v. 17, n. 2, p. 55-70, 2019.

TAVARES, Laura Almeida; VIANA, Lucas Guimarães. Cartografias críticas do Cerrado: entre paisagens e resistências. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 14, n. 1, p. 215-237, 2021.